



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

6.ª REUNIÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO

ACTA

Aos dez dias do mês de Julho de dois mil e nove, pelas nove horas e trinta minutos, nas instalações da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (CM), realizou-se, a solicitação desta, a 6.ª reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) do procedimento de revisão do Plano Director Municipal de Oliveira do Hospital (PDM).

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), enquanto entidade que integra a Comissão Técnica e a que preside, convocou as seguintes entidades:

- Autoridade Florestal Nacional;
- Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
- Direcção Regional da Economia do Centro
- Direcção Regional da Cultura do Centro;
- EP - Estradas de Portugal, S. A.;
- Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano.

A CCDRC solicitou a presença do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P, embora esta entidade não integre a CTA.

A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital comunicou a realização da reunião ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.

Esteve presente a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, enquanto entidade a quem compete a elaboração da revisão do PDM, e a respectiva equipa.

A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital fez-se representar pelo Sr. Presidente, Prof. Mário Alves, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, pelo Eng.º José Fortuna, a Autoridade Florestal Nacional pelo Eng.º Sebastião Alves, a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, pela Eng.ª Cecília Palmeiro e Eng.º António Godinho, a Direcção Regional da Economia do Centro, pelo Eng.º Avelino Rodrigues, a Direcção Regional da Cultura do Centro, pela Eng.ª Maria da Glória Martins Fernandes e a EP - Estradas de Portugal, S. A., pela Dr.ª Maria Teresa Raposo.

O Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P, foi representado pelo Eng.º Joaquim José Matos dos Santos Abranches (Parque Natural da Serra da Estrela) e o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P., pela Dr.ª Helena Moura.

A Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano não compareceu, mas justificou a sua ausência.

Ordem de trabalhos prevista:

Apreciação da Proposta de Plano constituída pelos seguintes documentos:

1. Regulamento;
2. Planta de Ordenamento (escala 1/10000);
3. Planta de Condicionantes (escala 1/10.000);
4. Relatório;

Acta da 6.ª reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Oliveira do Hospital

Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80

3000-069 COIMBRA

Telefone (+351) 239 400 100
Telecópia (+351) 239 858 232
E-mail geral@ccdrc.pt



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

5. Programa de Execução e Meios de Financiamento;
6. Planta de Enquadramento Regional;
7. Planta da Situação Existente;
8. Planta de Operações Urbanísticas
9. Planta da Estrutura Ecológica Nacional;
10. Mapa do Ruído;
11. PMDFCI;
12. Mapa de Radão;
13. Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – Sítio do Carregal do Sal
14. PROFPIN
15. Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório de Factores Críticos.

Elementos disponibilizados para apreciação:

- Regulamento Planta de Ordenamento (escala 1/10.000)
- Planta de Condicionantes (escala 1/10.000)
- Relatório; Programa de Execução e Meios de Financiamento
- Planta de Enquadramento Regional
- Planta da Situação Existente
- Planta de Operações Urbanísticas
- Planta da Estrutura Ecológica Municipal
- Mapa do Ruído
- PMDFCI
- Mapa de Radão
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – Sítio do Carregal do Sal
- PROFPIN
- Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório de Factores Críticos.

Dando início à reunião, o representante da CCDRC, Eng.º José Fortuna, comunicou à Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) a ordem de trabalhos, proposta pela Câmara Municipal, que apontava para a apreciação de um conjunto de elementos considerados como constituindo uma “Proposta de Plano”.

O Sr. Presidente da CM de Oliveira do Hospital dirigiu-se aos presentes manifestando a sua satisfação por se ter dado início à 6.ª reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento da revisão do PDM de Oliveira do Hospital, e que esperava os contributos das entidades para uma célere prossecução do Plano.

O representante da CCDRC passou a referir o âmbito em que decorreriam os trabalhos de apreciação dos elementos apresentados, começando por esclarecer a recente publicação de um conjunto de diplomas que vêm completar o edifício jurídico relativo ao planeamento municipal e, que pela sua especificidade, obrigam à reformulação dos elementos fundamentais do plano, designadamente a Planta de Ordenamento, a Planta de Condicionantes e o Regulamento, com impacto directo nos elementos que acompanham o Plano, bem como nas respectivas propostas de uso, ocupação e transformação do solo.

Acrescentou ainda que os regimes transitórios dos recentemente publicados diplomas legais não têm aplicabilidade ao procedimento de revisão do PDM de Oliveira do Hospital.

Passou em seguida a enunciar os principais diplomas legais com implicação directa na presente revisão de PDM.

O DL n.º 73/2009, de 31 de Março, relativo ao regime jurídico da RAN que, face às alterações introduzidas, leva à reponderação das áreas da RAN incluídas no perímetro urbano e à sua subsequente reapreciação.

Acta da 6.ª reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Oliveira do Hospital

Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80

3000-069 COIMBRA

Telefone

(+351) 239 400 100

Telecópia

(+351) 239 858 232

E-mail

geral@ccdrc.pt



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

O DR n.º 11/2009, de 29 de Maio que vem estabelecer critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios e as categorias de qualificação do solo rural e urbano, com aplicabilidade à revisão do presente PDM. As propostas de ordenamento e a sua tradução regulamentar, devem assim enquadrar-se na disciplina do presente diploma, atendendo às novas categorias propostas para qualificação do solo urbano e solo rural, bem como nas disposições relativas à reclassificação do solo.

Referiu que deve ser dada particular atenção ao art. 6.º relativo à classificação do solo; ao artigo 7.º e, 8.º relativos à reclassificação do solo (e programação); ao art. 21.º relativo à qualificação funcional do solo urbano e art. 22.º relativo às categorias operativas do solo urbano.

As UOPG, previstas e ou que venham a ser reformatadas nas propostas de ordenamento, devem evidenciar os objectivos e os termos de referência para a elaboração de Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, tendo em vista a programação da execução do Plano, devendo também ser especificados índices e parâmetros urbanísticos de referência, conforme estabelecido no art.85.º do DL 380/99, de 22 de Setembro, na sua actual redacção.

O DR n.º 10/2009, de 29 de Maio que fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial (IGT), bem como na representação de quaisquer condicionantes, dispõe que seja feita prova de que a cartografia de referência é oficial ou homologada, dando cumprimento ao disposto no art. 3.º.

O DR n.º 9/2009, de 29 de Maio que fixa os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo a utilizar pelos IGT, tem implicações no regulamento do Plano, devendo este ser revisto e rectificado, de forma a observar as disposições nele estabelecidas.

Foi em seguida passada a palavra aos representantes das entidades presentes, tendo sido referido:

DREcoC – Direcção Regional da Economia do Centro – o Sr. Eng.º Avelino Rodrigues começou por referir que os elementos do relatório agora apresentados estavam aquém do já anteriormente apresentado.

Relativamente ao regulamento passou a elencar os seguintes aspectos:

Art. 13.º Devia ser designado de “Espaços de Exploração de Recursos Geológicos”

A terminologia de minas, pedreiras e saibreiras já tinha sido alterada (al. f).

Art. 14.º al. k) Deve ser contemplada a possibilidade de alteração das unidades industriais existentes e licenciadas, à data da entrada em vigor, bem como a sua ampliação. As novas indústrias, tendo tratamento diferente, devem ser regulamentadas noutro artigo.

Art. 16.º al. g) e f) nos espaços agrícolas e nos espaços florestais.

N.º 2, al. j) erro em instalações tipo 4.

Agrícola 2 e 3.

Florestal 2 e 3.

Art. 34.º Eliminar al. a)

Questão das oficinas de reparação de veículos automóveis, não autorizar nos centros históricos, mas salvaguardar as existentes.

Art. 54.º

Alterar o tipo 3 para 2.

Art. 59.º Nos planos de pormenor das zonas Industriais, permitir a junção de lotes.

Art. 60.º Porquê interditar indústrias do tipo 1?

2. d) Questão do “alojamento”, pedir parecer jurídico (substituir por casa do guarda)

Art. 63.º 2. Porque não colocar as indústrias do tipo 3 e as de actividades complementares.

EP – Estradas de Portugal, SA – A Dr.ª Maria Teresa Raposo, presente em representação do Sr. Eng.º Francisco Manuel Salgado Godinho Miranda, começou por referir que o Estudo Prévio dos IC6/IC7/IC37 passou à fase de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).

Acta da 6.ª reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Oliveira do Hospital

Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80

3000-069 COIMBRA

Telefone

(+351) 239 400 100

Telecópia

(+351) 239 858 232

E-mail

geral@ccdr.pt



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

Considerou que ao confrontar o que é referido na página 93 do Relatório – Parte I e o Resumo Não Técnico da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) (página 4), onde é referido que o IC37 é apenas contemplado no cenário A, conclui-se que deve haver coerência entre a AAE e a Proposta para o PDM de Oliveira do Hospital. É posição da EP de que deverá apenas ser mencionado o PRN2000, bem como as alterações que este eventualmente poderá sofrer subseqüentes à Declaração de Impacte Ambiental.

Referiu igualmente que na página 92 do Relatório – Parte I, ponto 3.4.1 – Hierarquia da Rede Rodoviária, a EN230-6 surge como Estrada Nacional Desclassificada, o que deverá ser alterado para Estrada Municipalizada. Na página 32 do Relatório – Parte II não é referida a ER337 como Estrada Regional.

No que diz respeito ao Regulamento, página 46, o artigo 81º faz a distinção, para as estradas nacionais, entre a rede viária urbana e não urbana, diferenciação com a qual a EP não concorda. Finalmente, a hierarquia da rede viária deve ser colocada na planta de condicionantes e na planta de ordenamento.

DRCC – Direção Regional da de Cultura do Centro - A Eng.ª Maria da Glória referiu que a Direção Regional de Cultura do Centro sucede nas atribuições da Delegação Regional de Cultura do Centro, nas atribuições relativas à salvaguarda e valorização do património arquitetónico das direções regionais do Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR) e nas atribuições relativas ao património classificado da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, conforme Decreto Regulamentar n.º 34/2007, de 29 de Março.

No que se refere ao Título VI - Património Natural e Cultural – da proposta de regulamento, importa ter em conta que o Património Classificado e em vias de classificação deve constar da Planta de Condicionantes, nada havendo a opor que integre também a Planta de Ordenamento ou a Carta de Património que vier a ser elaborada.

Refere-se que esses bens imóveis classificados e em vias de classificação, e respetivas zonas de proteção, se encontram sujeitos ao regime legal vigente no âmbito do Património Cultural.

Nas Áreas Turísticas Existentes, identificadas no Art.53.º importa que, no que se refere a ocupações e utilizações, e no que se refere ao regime de edificabilidade, fique salvaguardado o regime jurídico referente ao Património Cultural, já que a “Estalagem de Santa Bárbara” e a “Pousada do Convento do Desagravo”, são imóveis que se encontram em vias de classificação.

Para melhor leitura da Planta de Condicionantes sugere-se que a legenda identifique os imóveis classificados e em vias de classificação que se encontram assinalados e numerados nessa planta.

DRAPC – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro –O Eng.º António Godinho referiu que dada as alterações introduzidas no regime da RAN, as desafetações passam a não necessitar do parecer da CRABL, sendo efectuadas em sede de CTA, pelo que as áreas de RAN incluídas em perímetro urbano, mesmo em EEU, vão ser alvo de reapreciação.

Solicitou o envio em formato vectorial dos documentos já realizados, nomeadamente os referentes ao ordenamento e à RAN, as áreas desafetadas anteriormente e a classificação do solo que foi determinado, para posteriormente ser efectuada uma triagem com vista a definir o que se mantém e o que é excluído da RAN. Apontou para a realização de uma reunião sectorial.

Referiu a seguir que deveria ser dado mais rigor ao regulamento, apontando os seguintes aspectos:

- As intervenções em solos da RAN vão ter de recolher parecer da Entidade Regional.
- Aferir a qualificação dos Espaços Agrícolas na legislação em vigor.

Acta da 6.ª reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Oliveira do Hospital

Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80

3000-069 COIMBRA

Telefone
Telecópia
E-mail

(+351) 239 400 100
(+351) 239 858 232
geral@ccdrc.pt



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

- Vai ser realizada uma nova delimitação da RAN e as autarquias terão 3 anos para adaptação, sendo que até à adaptação será aplicada a RAN em vigor. A edificabilidade em solo rural tem carácter excepcional

ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP – O Eng. Joaquim Abranches efectuou algumas referências sobre o Guia Metodológico de 2006 para o PDM, referindo a necessidade de realizar os estudos relativos aos valores naturais.

Quanto ao Plano Sectorial da Rede Natura 2000 é intenção de o transpor para o PDM, considerando explicitamente o PSRN 2000 no Plano.

Relativamente ao regulamento referiu o art. 24.º e a necessidade de neste serem vertidas as condicionantes do PSRN 2000, entendidas aqui como regras de gestão, ecossistema por ecossistema, ou criando conjuntos de alguns deles, bem como os respectivos desenhos.

Colocar as regras de gestão no art. 25.º.

Na carta da transposição da Rede Natura já efectuada, deve ser retirada a área que não se encontra afectada ao município.

Deverá ser verificada a validade da transposição cartográfica.

Deve ser atendida a questão da Avaliação Ambiental Estratégica.

Relativamente à estrutura Ecológica referiu que esta fica na Planta de Ordenamento.

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P. – Depois de uma breve introdução a Dr.ª Helena Moura começou por referir que o art. 76.º não fazia referência ao Património Cultural proposto para classificação e faltava a categoria referente ao património arqueológico.

Quanto ao art. 77.º referiu que devia ser revisto pois o património referido não contempla imóveis, nem edificado, podendo ser por vezes Monumento Natural.

No art. 78.º deve ficar registado que se deve proceder à consulta do IGESPAR no caso de se vir a proceder a alterações ao património.

No relatório do Plano, página 39, na parte relativa ao património, devem ser referidas as respectivas fontes, bem como rever a redacção do ponto 4.2. Na cartografia deve ser definido o significado de património de referência.

Referindo-se à Avaliação Ambiental Estratégica, informou que o Património Arqueológico, enquanto factor ambiental, deve ser sempre considerado nos Factores Críticos de Decisão.

Sugeriu a elaboração da Carta do Património, que deve conter o Património Arqueológico assinalado e referenciado, podendo este ser demarcado na planta de ordenamento.

Considerou depois que deveriam ser solicitados os sítios arqueológicos ao IGESPAR.

Informou que existiam na área do município 175 ocorrências, praticamente achados fortuitos, não estando assinaladas ocorrências do Paleolítico.

AFN – Autoridade Florestal Nacional – O Eng.º Sebastião Alves efectuou algumas referências ao PROF, informando a existência de cartografia à escala 1:10.000, do PMDFCI.

Considerou que deveria ser revista a cartografia relativa à “perigosidade” e informou sobre o Despacho 27660/2008, de 29 de Outubro, do MAI.

Efectuou depois algumas referências à questão da gestão de combustíveis, nomeadamente a necessidade de serem tidas em consideração as respectivas faixas de protecção.

Acta da 6.ª reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Oliveira do Hospital

Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80

3000-069 COIMBRA

Telefone
Telecópia
E-mail

(+351) 239 400 100
(+351) 239 858 232
geral@ccdrcc.pt



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

O Eng.º José Fortuna referiu que no âmbito do acompanhamento do Plano e em complemento dos esclarecimentos prestados relativamente à recente legislação aplicável ao presente plano tecia as seguintes considerações:

Informou que, sem prejuízo da necessidade de completar a proposta de plano com outros elementos que venham a ser considerados necessários, devem ser apresentados os seguintes elementos em complemento do já referenciado nos documentos apresentados:

- Documento de homologação da carta educativa
- Carta com os povoamentos florestais percorridos por incêndios
- Cartas com a classificação, delimitação e disciplina das zonas sensíveis e das zonas mistas (zonamento acústico)
- Delimitação das áreas inundáveis.
- Verificação da conformidade com o Plano Sectorial da Rede Natura (Relatório de transposição).

i) Apreciação da Planta de Ordenamento

A **Planta de Ordenamento** representa uma proposta de modelo de organização espacial do território de acordo com os sistemas estruturantes, designadamente os sistemas biofísico, sócioeconómico, relacional e institucional, bem como a classificação e qualificação do solo e unidades operativas de planeamento e gestão.

Da sua análise verifica-se que existem aspectos que devem ser reponderados e rectificados, tendo como fundamentação terem sido representadas soluções técnicas que não se enquadram em normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as resultantes de recente legislação publicada, no âmbito do regime jurídico da RAN, da classificação e qualificação do solo, cartografia e conceitos técnicos, a utilizar nos instrumentos de gestão territorial. Em seguida apresentam-se as questões que se afiguram mais pertinentes.

A legenda e a proposta de ordenamento devem ser corrigidas para se adequarem ao decreto regulamentar n.º 11/2009, de 29 de Maio, relativo à classificação e qualificação do solo, atendendo, em particular, à necessidade de justificação da reclassificação do solo rural em urbano (art. 7.º e 8.º).

Na reformulação desta planta, deve ainda ter-se em consideração os seguintes aspectos:

Solo urbano

- Deve atender-se ao art. 6.º relativo à classificação do solo;
- Deve atender-se aos art. 7.º e 8.º relativos à reclassificação do solo (e programação);
- Deve atender-se ao art. 21.º relativamente à qualificação funcional do solo urbano;
- Deve atender-se ao art. 22.º relativamente às categorias operativas do solo urbano.

Do ponto de **vista funcional** o solo urbano inclui os seguintes espaços: (i) centrais; (ii) residenciais (iii) de actividades económicas; (iv) verdes; (v) de uso especial e (vi) de baixa densidade.

Do ponto de **vista operativo** o solo urbano inclui o solo urbanizado e o solo urbanizável. O primeiro encontra-se infraestruturado e é servido por equipamentos de utilização colectiva; o segundo destina-se à expansão urbana, sendo a sua urbanização de programação obrigatória.

Em solo urbanizado o Plano executa-se através das operações urbanísticas previstas no RJUE. Em solo urbanizável a urbanização é sempre precedida de programação, nos termos do Decreto Regulamentar 11/2009, de 29 de Maio.

Deixa de ter sentido a legendagem de algumas categorias de solos como as áreas de actividades económicas, as áreas de equipamentos de utilização colectiva e as áreas turísticas. O complemento das

Acta da 6.ª reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Oliveira do Hospital

Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80

3000-069 COIMBRA

Telefone

(+351) 239 400 100

Telecópia

(+351) 239 858 232

E-mail

geral@ccdrc.pt



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

categorias como “existente” não tem significado uma vez que o solo urbanizado já o pressupõe, do que resulta numa redundância.

A estrutura ecológica municipal incide em solo urbano e solo rural, não se constituindo como categoria autónoma.

Deve ser verificada a sua coerência com a estrutura regional de protecção e valorização do Vale do Alva, designadamente os corredores ecológicos previstos no Plano Regional de Ordenamento Florestal.

Subsistem dúvidas relativamente às soluções demarcadas como espaços canais, nomeadamente quanto ao IC 6 e suas alternativas.

Na qualificação do solo rural deve atender-se às disposições do Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de Maio, devendo reformular-se a respectiva legenda.

Os instrumentos de gestão territorial, designados de UOPG, não apresentam legibilidade, nem existe tradução gráfica adequada da legenda para a planta de ordenamento.

Deve ser reequacionada a área de intervenção das UOPG propostas, particularmente as referentes aos Planos de Urbanização, bem como os perímetros urbanos.

ii) Apreciação da Planta de Condicionantes

A **Planta de Condicionantes** identifica as servidões e restrições de utilidade pública que constituem limitações ou impedimentos a qualquer forma de utilização aplicando-se cumulativamente com o regime de uso do solo definido no plano. Da apreciação efectuada referiu os seguintes aspectos:

Nas plantas de condicionantes devem ser demarcadas apenas as servidões e restrições efectivamente constituídas (e assinalado o respectivo diploma legal no caso das servidões administrativas), sendo a sua delimitação efectuada sempre que graficamente representativa.

- Na planta de condicionantes n.º 4, deve atender-se que a instalação e ou localização de actividades perigosas, como estabelecimentos com produtos explosivos, deve ser compatível com o uso do solo previsto na planta de ordenamento, atendendo à recente publicação do DR relativo à classificação e qualificação do solo. A terminologia apresentada deve ser enquadrada na legislação aplicável.

As infra-estruturas de transportes e comunicações, assinaladas na planta de condicionantes, demarcam as estradas nacionais, as estradas regionais, as estradas municipais e os caminhos municipais. Embora estas servidões estejam referidas no regulamento do Plano, encontram-se desajustadas da hierarquia da rede viária descrita e caracterizada no relatório do Plano.

Levantam-se dúvidas quanto à constituição de algumas servidões, tanto mais que não estão referidos os diplomas legais que as constituíram.

Não foi efectuada a numeração desta carta (planta de condicionantes n.º 4) como foi feito nas restantes 3.

Na planta de condicionantes n.º 3 deve ser referido “povoamentos florestais percorridos por incêndios” e não “áreas percorridas por incêndios”. A designação da legenda deve ser ponderada face ao que foi exposto sobre servidões e restrições no âmbito da apreciação do regulamento.

A Planta de condicionantes n.º 2, afigura-se uma peça gráfica de elevada qualidade e precisão.

Nas áreas submetidas (e não sujeitas) ao regime florestal, sugere-se que seja devidamente evidenciada a sua delimitação. Sugere-se uma legendagem reportada aos Recursos Naturais (recursos ecológicos; recursos agrícolas e florestais, etc.), no seguimento do já exposto no Título do regulamento referente às servidões e restrições.

Não estão referenciadas as espécies arbóreas protegidas.

Acta da 6.ª reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Oliveira do Hospital

Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80

3000-069 COIMBRA

Telefone
Telecópia
E-mail

(+351) 239 400 100
(+351) 239 858 232
geral@ccdrc.pt



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

Na planta de condicionantes n.º 1 na demarcação do património edificado e do património natural não estão identificados os diplomas da sua classificação.

Património edificado: O art. 79.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro determina que deverá ser tida em conta na elaboração dos instrumentos de gestão territorial o salvamento da informação arqueológica contida no solo e no subsolo dos aglomerados, pelo que deverá ser considerado este aspecto na planta de condicionantes.

Da carta do ruído e do zonamento acústico

O parecer relativo às cartas do ruído será enviado formalmente através da CCDRC.

Não foi estabelecida a classificação, a delimitação e a disciplina das zonas sensíveis e das zonas mistas.

iii) Apreciação do regulamento

O **Regulamento do PDM** segue de forma genérica a estrutura do modelo de regulamento de Plano Director Municipal da DGOTDU. Contém normas que regulam o uso, ocupação e transformação de cada classe e categoria de solo, bem como outras disposições necessárias à **execução do PDM**.

Da sua análise verifica-se que existem aspectos que devem ser reequacionados e rectificados, tendo como fundamentação a recente legislação publicada, no âmbito do regime jurídico da RAN (DL 73/2009, de 31 de Março), da classificação e qualificação do solo, cartografia e conceitos técnicos a utilizar nos instrumentos de gestão territorial (DR 11/2009, 10/2009 e 9/2009, de 29 de Maio).

Em seguida apresentou as questões mais pertinentes, relativas à apreciação técnico-jurídica, referindo não existir oportunidade para uma apreciação exaustiva e final, dado o elevado número de aspectos que devem ser tidos em consideração, quer resultantes da publicação recente de diplomas referentes aos IGT, quer da necessidade de adequar o regulamento às propostas de ordenamento que vierem a surgir.

Título I Disposições gerais

Art.º 1.º Âmbito

1. Sugere-se que para além do âmbito (territorial) seja contemplada a natureza do regulamento, podendo ser o âmbito reportado a peça gráfica.

2. Ao plano interessa também a definição de critérios a utilizar na execução do Plano.

Art. 2.º

Este artigo podia ter contemplado não só os objectivos do plano mas também a estratégia.

Art. 3.º Composição do plano

- Este artigo deve ser reformulado de forma que as disposições nele expostas correspondam ao demarcado nas respectivas peças gráficas do plano. Deve também ser reconsiderado face à recente publicação dos diplomas legais referentes ao regime da RAN, da classificação e qualificação do solo e conceitos técnicos a utilizar nos instrumentos de gestão territorial.

- Para além destes aspectos deve ser referenciado o PTCOM do Sítio do Carregal e as áreas percorridas por incêndios devem referir-se a "Povoamentos florestais"

- Falta a referência ao zonamento acústico.

- Falta a planta com risco de incêndio (perigosidade de incêndio florestal do PMDFCI)

- Falta a Planta da Reserva Ecológica Nacional

- Falta o mapa do radão

2. d) e "**Plano de Financiamento**"

2. e) Enquadramento **Regional**

2. g) Substituir por: "Planta de licenças, autorizações e informações prévias válidas de operações urbanísticas.

2. h) Substituir "carta" por **Planta**....

2. i) Substituir por: Participações recebidas em sede de discussão pública e Relatório de ponderação.

Falta a Reserva Agrícola Nacional

Relativamente aos equipamentos não são evidenciadas:

- A carta de desporto

Acta da 6.ª reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Oliveira do Hospital

Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80

3000-069 COIMBRA

Telefone (+351) 239 400 100

Telecópia (+351) 239 858 232

E-mail geral@ccdrc.pt



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

- A carta de Saúde
- A carta Educativa
- A carta da Rede Social

3. Neste ponto estão referenciados os estudos de caracterização em simultâneo com as peças gráficas, não estando evidenciado o que são peças escritas e gráficas. Sugere-se que este aspecto seja remetido para relatório que inclui os estudos de caracterização e depois as peças gráficas que sejam apresentadas (de forma agregada ou não). Também devia ser explícito a existência, no relatório, dos objectivos estratégicos (estratégias de desenvolvimento territorial) e as opções de base territorial, adoptadas no estabelecimento do modelo de organização espacial.

Art. 4.º Instrumentos de gestão territorial a observar

Falta a referência a:

- PRN 2000
- Plano de Bacia Hidrográfica do Mondego
- O PMDFCI não é um instrumento de gestão territorial.

Art. 5.º Definições

- Considera-se este artigo incompleto, para efeitos de aplicação do presente regulamento.
- Afigura-se-nos necessário a introdução de um capítulo sobre preexistências.

Título II – Condicionantes – Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública

Art. 6.º Identificação

A identificação das servidões e restrições não se nos afigura a mais adequada, sugerindo-se a agregação prevista em normativo da DGOTDU. A descrição deve estar em consonância com o demarcado nas plantas de condicionantes respectivas.

Sugere-se a organização em torno de temas:

- Recursos Hídricos
- Recursos Geológicos
- Recursos Agrícolas e Florestais
- Actividades perigosas, etc.

Não se encontram referências a servidões e restrições importantes, sugerindo-se a consulta de referenciais da DGOTDU (ex. recursos geológicos, zonas inundáveis, etc.).

Não estão referenciadas as áreas de perigosidade de risco de incêndio, espécies arbóreas protegidas e os povoamentos florestais percorridos por incêndios.

A agregação deve ser efectuada sempre que possível (infra-estruturas, etc.) e a terminologia deve seguir o descrito em diplomas ou normativos legais (ex. estabelecimentos com produtos explosivos; estabelecimentos com substâncias perigosas, etc.).

Título III Uso do solo

Este título deve ser reformulado de forma a ter correspondência com a tradução gráfica da planta de ordenamento e “ajustar-se” aos novos diplomas legais recentemente publicados, particularmente os referentes à classificação e qualificação do solo.

Capítulo III – Estrutura Ecológica Municipal

Art. 11.º Âmbito territorial

2. a) Na estrutura ecológica (EE) em solo rural, podem existir áreas naturais e culturais.

2. b) As subcategorias (!) referidas devem adequar-se à planta de ordenamento. Fazemos notar que a EE não se constitui como categoria de solo.

TÍTULO IV – Qualificação do solo rural

Este título deve adequar-se ao recentemente publicado decreto Regulamentar 11/2009, de 29 de Maio, sobre classificação e qualificação do solo.

Deve ser tido em consideração a necessidade de se proceder à identificação e usos destes espaços, recorrendo ao vocabulário do OT e Urbanismo, publicação da DGOTDU, sendo as subcategorias definidas com base no diploma legal anteriormente referido.

Acta da 6.ª reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Oliveira do Hospital

Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80

3000-069 COIMBRA

Telefone (+351) 239 400 100
Telecópia (+351) 239 858 232
E-mail geral@ccdrc.pt



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

Em cada categoria de espaço devem ser identificadas as respectivas subcategorias, definidas as ocupações e utilizações interditas, condicionadas e permitidas e respectivo regime de edificabilidade.

O Regulamento apresentado identifica as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) para efeitos de programação da execução do plano, estabelecendo apenas objectivos, pelo que se deve atender ao já exposto no início da reunião sobre este assunto, designadamente a necessidade de se dar cumprimento às disposições das alíneas j), l) e m) do art. 85.º do DL 380/99, de 22 de Setembro na sua actual redacção.

iv) Apreciação do relatório - Diagnóstico

Estudos de caracterização

A caracterização da situação existente que se apresenta no relatório consiste numa súmula dos “dossiers” sectoriais aprovados em anterior reunião de CTA. Julga-se que os elementos apresentados podem ser complementados de forma a dar resposta às disposições constantes nas diversas alíneas do art. 85.º do DL 380/99, de 22 de Setembro, na sua actual redacção, evidenciando aspectos menos desenvolvidos.

De referir a forma menos adequada de apresentação e a síntese do conteúdo da avaliação do plano em vigor, bem como o praticamente inexistente processo de Audição Prévia.

Restantes Elementos

A referência aos processos da RAN e da REN, bem como a sua tramitação e tratamento processual, parece-nos descontextualizada. Alguns aspectos referidos evidenciam a forma como decorreu a parte procedimental, sugerindo-se a sua apresentação autónoma. Idêntico comentário no que respeita à Rede Natura 2000 – Sítio do Carregal do Sal e a parte respeitante à floresta/PROF-PIN.

Foi apontado também o facto de alguma terminologia ter de ser revista face à recente publicação dos diplomas relativos ao regime jurídico da RAN (DL n.º 73/2009, de 31 de Março), dos critérios de classificação e reclassificação do solo (DR n.º 11/2009, de 29 de Maio), da cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial (DR n.º 10/2009, de 29 de Maio) e dos conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo a utilizar pelos IGT (DR n.º 9/2009, de 29 de Maio).

v) Apreciação do relatório - Proposta

A parte relativa à fundamentação da revisão do Plano parece bem fundamentada, evidenciando os principais aspectos tratados. A estratégia de desenvolvimento, se bem que não contemple a construção e escolha de cenários de desenvolvimento associados a esquemas de ordenamento municipal, concretiza e focaliza um conjunto de objectivos que pretendem sustentar o desenvolvimento e crescimento, tendo em vista a construção do modelo de ordenamento, estranhando-se no entanto que não estejam referidos aspectos relacionados com a qualificação ambiental (qualidade do ar, recursos hídricos) e os riscos naturais e riscos tecnológicos.

A proposta de ordenamento territorial, não explicita a forma de construção do modelo, pese embora referencie os principais Planos Sectoriais e Planos Nacionais com relevância para o município (PMDFCI, PROF-PIN, Rede Natura 2000). Estranha-se, no entanto, a falta de referências ao Plano de Bacia Hidrográfica do Mondego.

Os objectivos que o Plano se propõe atingir sustentam-se de forma adequada em acções agregadas.

A necessidade do modelo de ordenamento ter de se adequar (e de certa forma moldar) à recente publicação dos diplomas relativos ao regime jurídico da RAN e dos critérios de classificação e reclassificação do solo, leva a que deva eventualmente vir a ser repensado o modelo de ordenamento territorial proposto, enquadrado por um quadro legislativo que aponta para a contenção do povoamento disperso e do povoamento linear, o que pode vir a originar reduções significativas nos perímetros urbanos e condições à programação da urbanização.

vi) Apreciação de outros elementos

Acta da 6.ª reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Oliveira do Hospital

Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80

3000-069 COIMBRA

Telefone
Telecópia
E-mail

(+351) 239 400 100
(+351) 239 858 232
geral@ccdrc.pt



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

Planta de enquadramento – deve ser completada com a delimitação dos instrumentos de gestão territorial em vigor.

vii) Conclusões

Após a intervenção do representante da CCDRC e dos esclarecimentos apresentados pela equipa que se encontra a elaborar a revisão do PDM, foram tidas por aquelas as seguintes conclusões:

- a) Devem ser apresentados os elementos em falta referidos na presente acta, designadamente o Relatório Ambiental, o zonamento acústico e a carta educativa homologada.
- b) Deve ser tido em conta o parecer oportunamente emitido e transmitido pela CCDRC à CM, relativo à definição do âmbito e alcance da Avaliação Ambiental Estratégica (Relatório de Factores Críticos – RFC), bem como a apreciação efectuada pelas entidades com responsabilidades ambientais específicas.
- c) Deve proceder-se à verificação da conformidade com o Plano Sectorial da Rede Natura (Relatório de transposição).
- d) A fase de recolha de pareceres ou a eventual realização de uma conferência de serviços, com as entidades que não compõem a CTA, só terá oportunidade após realização das recomendações e correcções apresentadas e concluída a definição do modelo territorial.
- e) Devem ser reformuladas e rectificadas as plantas de ordenamento e de condicionantes e o respectivo regulamento, sem prejuízo de futura apreciação por parte dos serviços jurídicos da CCDRC.
- f) Os estudos de caracterização devem ser melhorados, com base em elementos anteriormente aprovados em reunião de CTA, de forma a poderem sustentar o modelo de organização espacial do território.
- g) O modelo de organização espacial do território deve eventualmente ser reformulado, tendo em conta a legislação recentemente publicada (novo regime da RAN e classificação e qualificação do solo).
- h) Sugere-se que seja ponderada a criação de unidades territoriais, associadas a objectivos próprios de desenvolvimento e ordenamento e respectivas orientações, programas e normas regulamentares.
- i) Devem ser identificados os factores de mudança da estrutura do território e focalizados os projectos estruturantes para o município (Definição dos corredores da rede viária – PRN 2000).
- j) As estratégias de desenvolvimento apresentadas estão em consonância com as opções estratégicas definidas para a revisão do PDM, em sede de Avaliação Ambiental Estratégica.
- l) O relatório evidencia aspectos essenciais que podem vir a servir de suporte à definição do modelo de ordenamento territorial para o município e a sustentabilidade dos princípios de ordenamento do território.
- m) Devem ser tomadas em conta as considerações efectuadas no âmbito do conteúdo material do PDM, designadamente as referentes às UOPG e à necessidade de programação da urbanização do solo.
- n) Devem ser tidos em consideração os recentes diplomas da área do ordenamento do território, designadamente o novo regime da RAN, o DR relativo à classificação e qualificação do solo, conceitos técnicos e cartografia a utilizar nos IGT.
- o) Prova de que a cartografia utilizada é oficial ou homologada.
- p) Devem ser atendidos os planos, programas e projectos sectoriais, bem como as orientações de política sectorial apresentados pelos serviços e entidades presentes na presente reunião ou que no seu âmbito foram comunicados.

Ouvidos os representantes de todas as entidades presentes, o Eng.º José Fortuna agradeceu os seus contributos. Do ponto de vista técnico recomendou algumas normas existentes emanadas pela Direcção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), particularmente a necessidade de garantir uma estrutura idêntica nos regulamentos dos planos, vocabulário do ordenamento do território e elementos gráficos.

Depois de algumas considerações genéricas, por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu a presença e os contributos dos representantes das entidades e nada mais havendo a referir foi a reunião dada como encerrada pelas treze horas.

Oliveira do Hospital, dez de Julho de dois mil e nove.

Acta da 6.ª reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Oliveira do Hospital

Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80

3000-069 COIMBRA

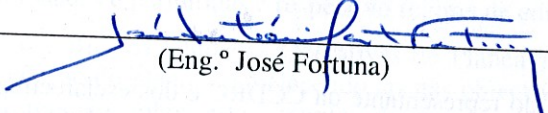
Telefone
Telecópia
E-mail

(+351) 239 400 100
(+351) 239 858 232
geral@ccdrc.pt

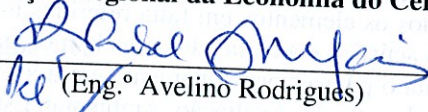


MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

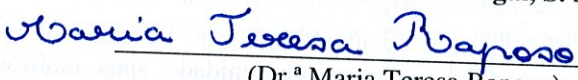
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro


(Eng.º José Fortuna)


Direcção Regional da Economia do Centro


(Eng.º Avelino Rodrigues)

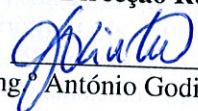
EP - Estradas de Portugal, S. A.

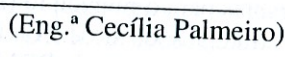

(Dr.ª Maria Teresa Raposo)

Direcção Regional da Cultura do Centro



(Eng.ª Glória Fernandes)

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

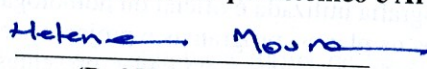

(Eng.º António Godinho)


(Eng.ª Cecília Palmeiro)


Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP


(Eng.º Joaquim dos Santos Abranches)

Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.


(Dr.ª Helena Moura)

Autoridade Florestal Nacional


(Eng.º Sebastião Alves)